

Epistemologias em diálogo crítico: emergências do pensamento divergente contemporâneo

Carlos Eduardo Bao
Luciano Von Der Goltz Vianna

Propor um dossiê cuja temática situa-se “no fio da navalha” constitui o tipo de “perigo epistemológico” originário de diálogos críticos: pensar criticamente. Movimento cognitivo que é próprio à práxis científica, isto é, a dúvida como princípio do conhecimento, implicando que todo e qualquer conhecimento pode ser colocado sob suspeição perante o surgimento de novas evidências ou interpretações. Assim, a crítica abre precedente para a crise e *vice-versa*.

A etimologia do termo crise indica uma dupla origem: latina (*crisis*) e grega (*kerisis*) e seu modo derivado forma, com seu radical, palavras como crítica, critério e crime. Seu significado é variado, podendo ser traduzido como decisão ou mudança súbita (em sua origem latina) ou derivando do verbo grego *krino*, pode significar separação, depuração ou julgamento. Na acepção mais corrente remete-se a esgotamento, depressão ou declínio de um sistema, estrutura ou processo que passa por transformação ou chega ao fim.

Podemos compreendê-la como parte de um entendimento do tempo histórico orientado por movimentos e processos cíclicos, que se repetem, ou alimentam a ideia de um tempo ascendente e espiralado, onde há tendência à continuidade; ou como tempo histórico linear, paradigmático na modernidade, onde a ideia de crise marca e classifica temporalmente momentos da história a fim de atribuir-lhe inteligibilidade e organização. Assim, cada período histórico indica uma crise subjacente: Renascimento, crise da Idade Média; Iluminismo, crise da teologia; Revoluções burguesas, crise do feudalismo; Revolução Industrial, crise da manufatura e do imperialismo ibérico e assim por diante. Não vem ao caso a ordem causal crise/mudança ou mudança/crise, mas a noção de “crise” como indicativo de transição.

Nas últimas décadas, com a aceleração do tempo, causada, em especial, pelo desenvolvimento sem precedentes de tecnologias e seus variados impactos sociais, a crise parece ocupar o lugar da regra em vez da exceção. Essa normalização da crise possui facetas distintas e indica a visibilização e/ou emergência de novas relações sociais, bem como perspectivas divergentes com relação à abordagem cognitiva da realidade (em sentido lato). Assim, o paradigma epistêmico ou as verdades estabelecidas em um determinado tempo-espço passam também a ser questionadas perante novas evidências e análises situadas desde lugares sócio-históricos distintos.

As epistemes, modelos de pensamento ou perspectivas de conhecimento identificados como “em crise”, onde há tensão e ruptura de um certo estado de fatos e relações observadas, tendem a ser acompanhados de pensamentos críticos, aproximando a ideia de crise epistêmica à emergência de pensamento(s) divergente(s), isto é, não consensual, divergente do modelo de pensamento paradigmático.

O estado de crise epistêmica, então, seria aquele onde parte dos sujeitos pensam e agem de modo crítico, separando e organizando as partes que compõem o momento de desordem e desestruturação (que tendemos a identificar com o estado crítico de um sistema, mas que pode ser traduzido também como um momento de reorganização ou passagem entre estados distintos). Eles operam essa crítica por meio de um julgamento para determinar a nova forma daquela estrutura que passou por um momento transitório marcado por incertezas e instabilidades.

O presente dossiê, intitulado “Crises epistêmicas, pensamento divergente e Ciências Sociais”, surgiu como uma proposta de aglutinar artigos que refletissem acerca das origens, características, impactos e possíveis superações das crises epistêmicas e suas relações com o campo disciplinar das Ciências Sociais. Entre as questões aventadas nas entrelinhas da proposta estão: como podemos caracterizar uma crise epistêmica? Quais fenômenos as impulsionam? Quais seus impactos sociais e políticos? Qual a relação entre conhecimento e cultura em períodos ou contextos de crise? Como as Ciências Sociais relacionam-se com as crises epistêmicas? Qual a relação entre universalismo e relativismo epistemológico no contexto das relações de produção de conhecimentos?

É verdade que o campo disciplinar das Ciências Sociais (na medida em que se pode falar em “um campo disciplinar”) é marcado por profundos debates e pouco consenso desde sua gênese. De modo geral, a formação das ciências sociais esteve marcada por tradições de pensamento iluminista, racionalista e empirista por um lado, e por outro recebeu influência do romantismo e idealismo alemão e de uma visão historicista e subjetivista das relações sociais. As contradições, paradoxos e tendências cognitivas da filosofia estão, também, nos fundamentos das Ciências Sociais, expressando-se nas análises sobre as relações entre indivíduo e sociedade, particular e universal, simbólico e material, teoria e método, razão e prática, objetividade e subjetividade e assim por diante.

Entretanto, na contemporaneidade, os pensamentos divergentes parecem aprofundar-se, e, com eles, a crise epistêmica contemporânea. Isso pode ser divisado em fenômenos como a virada linguística, a epistemologia feminista, o pós-colonialismo e o pós-estruturalismo (entre outros).

Os artigos que compõem esse dossiê carregam consigo esse posicionamento crítico/crítico e investigativo sobre temas diversos, mas congruentes com debates que convergem com fenômenos da atualidade. Sejam eles referentes ao aquecimento global, às relações entre humanos e não humanos, as relações de poder e opressão entre a hegemonia colonial e os movimentos pós-coloniais, a formação e consolidação da ciência moderna e seu atual impacto sobre as sociedades e os indivíduos ou ainda sobre os paradoxos presentes nas ciências humanas, os quais implicam um repensar os modelos e matrizes disciplinares, todos os artigos publicados nesse dossiê nos convidam a repensar e refletir sobre não somente uma crise epistêmica; mas uma crise civilizatória.

O artigo de Luciano von der Goltz Vianna expõe uma relato sobre a construção de uma escritura “onde há a proposta de uma leitura que constantemente submeta à crítica suas próprias “matrizes disciplinares”. O autor considera essa escritura como um jogo de montagem e desmontagem, em que os enigmas e as controvérsias que surgem do trabalho de campo etnográfico vão sendo tanto o motor como o caminho para a resolução de paradoxos na pesquisa antropológica. Por meio de uma proposta labiríntica para a resolução e problematização deles, Luciano nos convida a perder-se por entre os questionamentos apresentados na tentativa de mostrar o movimento disciplinar à deriva da etnografia e seu estatuto paradigmático nas ciências humanas.

Carlos Eduardo Bao apresenta uma explanação acerca da gênese da modernidade/colonialidade e do pensamento eurocêntrico constituinte das Ciências Sociais, indicando como esse campo de conhecimentos é clivado por perspectivas analíticas centradas no tempo-espço e nos mitos ligados à “Europa ocidental Moderna”. Ao fim, indica como a desobediência epistêmica é uma prática imprescindível para o projeto de desnaturalização dos saberes eurocêntricos das Ciências Sociais.

Alex Martins Moraes nos apresenta instigante discussão sobre as continuidades e descontinuidades entre dois pontos de vista divergentes em relação ao conceito de política e suas respectivas apropriações por dois autores que, segundo Alex, pensam “a partir de si mesma, sem referência a nenhuma objetividade exterior a sua própria prática”. Os autores em questão são Bruno Latour e Sylvain Lazarus, e o artigo é um esforço comparativo entre eles com o objetivo de responder à pergunta central: “podemos pensar a política politicamente?”. Dentre os autores analisados, Alex considera a filosofia de Lazarus a mais promissora, já que, nas palavras do primeiro, “confere primazia ao momento prescritivo da ação coletiva, sem condicionar sua eficácia aos jogos de representação”.

A relação entre política e episteme é analisada do artigo de Juliane Rodrigues Teixeira a partir do movimento indígena equatoriano, argumentando como se tornou- um ator político e epistêmico situado na resistência contra a hegemonia do projeto neoliberal de sociedade. A análise situada a partir da relação entre as epistemologias do sul e o pensamento decolonial permite compreender o sentido particular do movimento indígena equatoriano e o potencial transformador dessa política epistêmica contra-hegemônica.

Na sequência, Rayann Kettuly Massahud de Carvalho apresenta-nos uma explanação sintética acerca da crítica filosófica decolonial de Enrique Dussel sobre o eurocentrismo da categoria “Modernidade”. Como bem indica o texto, Dussel implode a base histórico-filosófica da dita Modernidade por meio do desvelamento de seus mitos fundacionais, segundo os quais a história e a gênese da modernidade coincidem com a história da “Europa ocidental”. Ao fim, argumenta como essa subalternização moderna/colonial também se faz presente na esfera política, por meio da exclusão dos corpos subalternizados da esfera pública, negando-lhes direitos, ditos, universais.

O artigo de Pedro Valerio Vaz nos oferece uma excelente reflexão sobre a obra de Eduardo Kohn ao sintetizar os argumentos, questões e referências centrais desse autor. Inicialmente, o artigo expõe a problemática em torno do que tem se chamado “virada ontológica”, a qual é pano de fundo e caminho teórico usado para construir o que Kohn denomina uma “Antropologia para além dos humanos”, a qual, segundo Pedro Vaz, busca uma “redefinição dos humanos”. Como atenta Pedro, o pensamento de Kohn é, portanto, resultado de “uma crise de existência pela qual a disciplina está passando, uma crise gerada pelo Antropoceno”.

O artigo em coautoria de Cláudia Maria Serino Lacerda Muniz e Luciana Vedovato nos presenteia com uma pertinente relação entre a análise de discurso *pechentiana* e a perspectiva decolonial, indicando como, embora situadas em locais geo-históricos distintos, há possibilidades de articulação teórico-metodológicas com potencial heurístico entre ambas, contanto que se considere o lugar de fala desde onde se situam.

Por fim, Alexandre Aparecido dos Santos e Rosangela da Silva apresentam a resenha da obra “Dimensões antropológicas de gênero e reprodução: do ponto de vista de uma mulher em Maputo”, da autora Clélia Francelina Ozias Pondja, encerrando os trabalhos do dossiê.

Boa leitura!